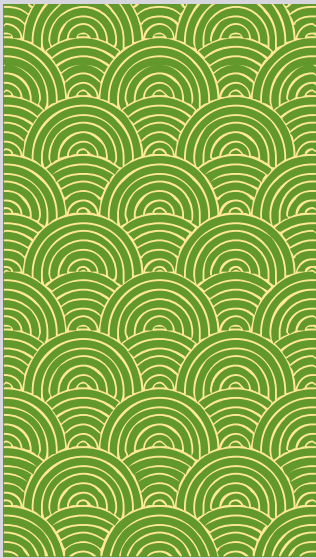


# A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE MINAS GERAIS

Organização e  
Funcionamento em 2018



Documento  
orientador das  
ações  
pedagógicas  
da Educação  
Integral e  
Integrada de  
Minas Gerais  
no Ensino  
Fundamental  
(Anos Iniciais e  
Finais)

Governo do Estado de Minas Gerais  
**Fernando Damata Pimentel**

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais  
**Wieland Silberschneider**

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica  
**Augusta Aparecida Neves de Mendonça**

Coordenação Geral da Política Estadual de Educação Básica Integral e Integrada  
**Cecília Cristina Resende Alves**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: HISTÓRICO EM MINAS GERAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>3. PROPOSTA EDUCATIVA.....</b>	<b>7</b>
3.1 CONCEITO.....	7
3.2 CURRÍCULO INTEGRADO .....	8
3.3 ARTICULAÇÃO COM O CURRÍCULO BÁSICO .....	9
3.4 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO .....	10
3.5 A CIDADE EDUCADORA .....	12
3.6 ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL.....	14
<b>4. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>17</b>
4.1 DA SELEÇÃO DOS ESTUDANTES .....	20
4.2 DO QUADRO DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA .....	20
4.3 PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA .....	22
4.4 FREQUÊNCIA ESCOLAR .....	27
4.5 REGISTRO DAS INFORMAÇÕES.....	28
4.6 FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....	29
<b>5. OUTRAS FORMAS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....</b>	<b>311</b>
5.1 POLOS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA .....	31
5.2 ESCOLAS POLEM.....	33
<b>6. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA QUE ATENDEM ÀS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO .....</b>	<b>37</b>
6.1 ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL PARA OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA .....	38
<b>7. EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NAS ESCOLAS DO CAMPO, ESCOLAS INDÍGENAS E ESCOLAS QUILOMBOLAS .....</b>	<b>41</b>
7.1 DAS ESCOLAS DO CAMPO .....	41
7.2 DAS ESCOLAS INDÍGENAS.....	43
7.3 DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS .....	44
<b>8. MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....</b>	<b>46</b>
<b>9. ORIENTAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – 2018.....</b>	<b>48</b>
9.1 QUANTITATIVOS DE ESTUDANTES, TURMAS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....	50

9.2	CRONOGRAMA .....	51
9.3	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA.....	52
10.	LEGISLAÇÕES QUE NORTEIAM A POLÍTICA BÁSICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....	54
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57

## 1. APRESENTAÇÃO

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEE-MG, desde 2015 ampliou e qualificou a oferta da Educação Integral e Integrada na rede estadual de forma significativa, saindo de 101.687 mil estudantes atendidos em 2014 e atendendo em 2017 a 148.439. Esse trabalho é resultado de um esforço coletivo, que envolve a participação de todos.

Promover a formação integral do estudante significa que, além da aquisição de conhecimentos formais, o processo educativo deve garantir o desenvolvimento do corpo, da sociabilidade, das emoções e das diferentes linguagens, assegurando ao estudante um tempo qualificado de vivência cultural e um currículo capaz de integrar, além da dimensão cognitiva, também as dimensões afetiva, ética, estética, cultural, social e política. Isso significa ofertar aos estudantes de MG um currículo integrado que permite a eles aprenderem a se alimentar e a cuidar de seu corpo, bem como compreender e respeitar a diversidade. Conhecimentos esses, tão importantes quanto aprender a ler, escrever e contar. Aprender a circular na cidade de forma autônoma e acessar os diferentes espaços, para além dos muros da escola, também faz parte da aprendizagem para a cidadania que reconhece na ocupação do território e na constituição de identidades com a comunidade possibilidades de exercício pleno da cidadania.

Isto posto, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE), por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica e da Coordenação Geral da Política Estadual de Educação Básica Integral e Integrada apresenta nesse Documento, as **diretrizes** para o funcionamento das Escolas Estaduais que ofertarão a **Educação Integral e Integrada no Ensino Fundamental em 2018**, considerando-se as diferenças territoriais e as necessidades de cada escola.

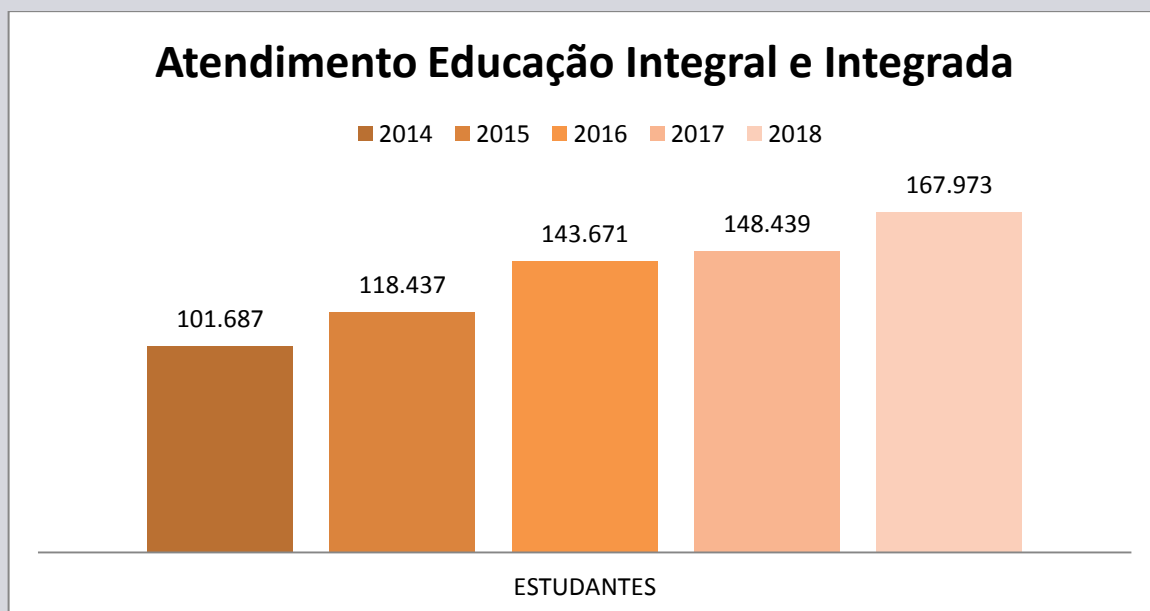
## 2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: HISTÓRICO EM MINAS GERAIS

Desde 2015 a ampliação da oferta e a qualificação das ações de Educação Integral em MG tem sido prioridade nas políticas educacionais do Estado. Nota-se cada vez mais o avanço e ampliação no atendimento da Educação Integral e Integrada nas escolas, resultado do significativo esforço e empenho de todos os envolvidos na construção e desenvolvimento desta política.

Somente no ano de 2016, 633 escolas, de um total de 2072 escolas foram atendidas exclusivamente com recursos do Governo Estadual, uma vez que não aderiram ao Programa Mais Educação em 2014. Isso demonstra o significativo grau de participação do Estado na concretização da Política de Educação Básica Integral e Integrada. Além dos avanços numa concepção pedagógica diferenciada, ampliando as perspectivas educacionais, é importante que haja ampliação dos estudantes e escolas atendidos meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE.

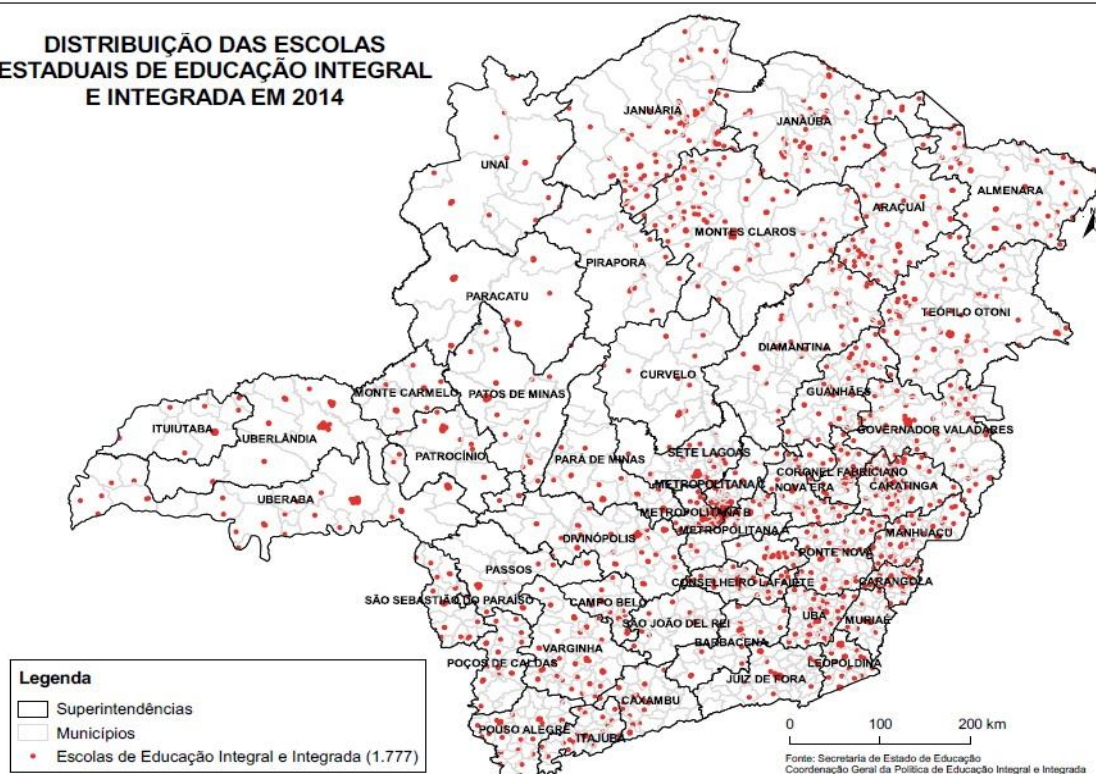
O Gráfico a seguir apresenta o quantitativo de estudantes matriculados na Educação Integral e Integrada entre os anos de 2013 e 2017. Como pode ser observado, há um aumento gradativo de estudantes entre os anos de 2014 e 2017. Este aumento, ainda que significativo.

Gráfico 1 – 2014 - 2018

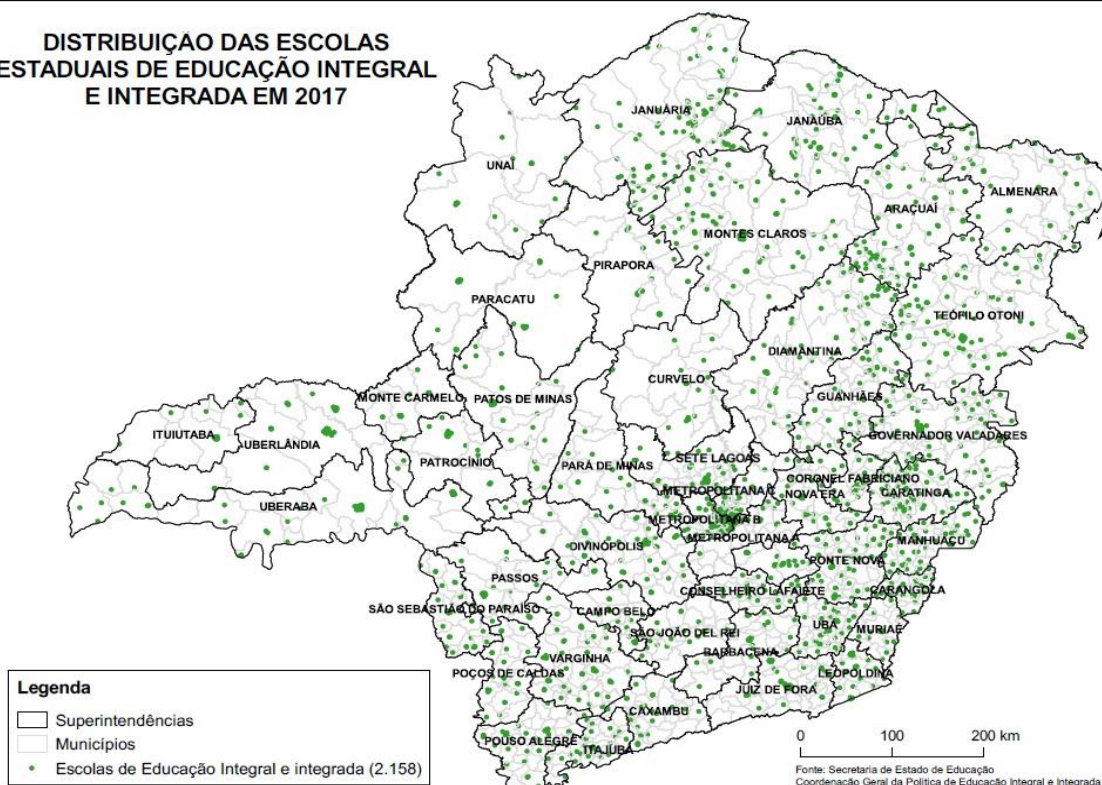


FONTE: Censo 2014, 2015, 2016, 2017; Plano de Atendimento 2018; SIMADE 2013, 2014, 2015, 2016, 2017

### DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA EM 2014



### DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA EM 2017





Segundo a Meta 6 do PNE, até 2024, as redes estaduais e municipais devem ofertar Educação Integral e Integrada para pelo menos 25% dos estudantes e ter no mínimo 50% de suas escolas com pelo menos 01 (um) estudante matriculado em atividades de Educação Integral. Assim, se observada relação entre a proporção de estudantes na Educação Integral e Integrada do estado e o quantitativo de estudantes da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, segundo o Censo da Educação Básica, o percentual é baixo. Quando se analisa o quadro de escolas da Rede Estadual de Educação que ofertam a Política de Educação Básica Integral e Integrada para pelo menos 01 (um) estudante, o diagnóstico é satisfatório.

Considerando que, no ano de 2017, segundo dados do SIMADE, das 3.665 escolas estaduais em Minas Gerais, 2.158 ofertam Educação Integral e Integrada, obtendo-se um percentual de 58,88% das escolas. Assim, em 2017 o Estado de Minas Gerais cumpriu a Meta 6 do PNE no que tange ao quantitativo de escolas com Educação Integral e Integrada.

Aqui cabem duas importantes análises, a primeira consiste na compreensão de que o número de estudantes na Educação Integral e Integrada nas escolas ainda é baixo e frente ao total de estudantes da rede e a segunda, decorrente da primeira, configura-se na complexidade de se construir uma política de Educação Integral e Integrada como conceito, como cultura educativa que vislumbre outros espaços e territórios educativos que possam atender e acolher a mais estudante na Educação Integral e Integrada.

Nesse sentido, a Política de Educação Básica Integral e Integrada deve atuar frente a quatro perspectivas: as duas primeiras consistem nas metas do Plano Nacional de Educação, que colocam percentuais mínimos de escolas e estudantes na Educação Integral e Integrada. A terceira consiste na ampliação do percentual de estudantes matriculados na Educação Integral e Integrada frente o total de estudantes da escola. Este é um fator importante, pois amplia os horizontes quantitativos e qualitativos da política. O maior percentual de estudantes na Educação Integral e Integrada potencializa o funcionamento da escola. Por fim, a quarta perspectiva a ser analisada se constitui na concretização dos saberes e diretrizes pedagógicas e educativas de uma educação popular e cidadã no dia a dia das escolas que execute um currículo integrado e se constitua na formação integral do estudante e que tenha a Educação Integral e Integrada como a gênese e identidade do Projeto Político Pedagógico da escola.

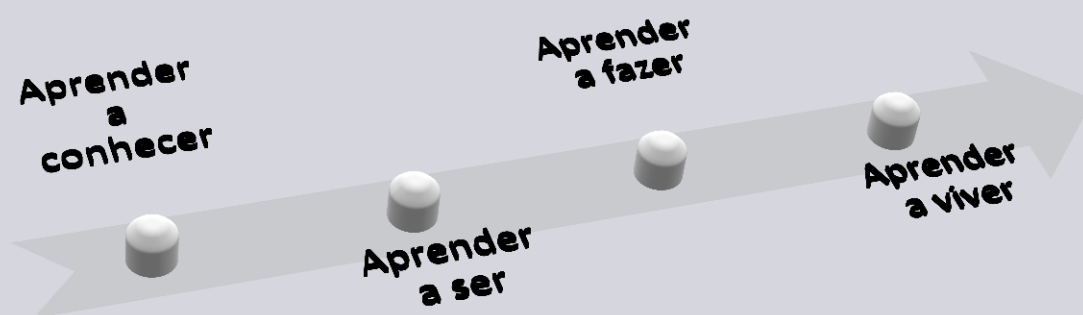


### 3. PROPOSTA EDUCATIVA

#### 3.1 Conceito

A Educação Integral e Integrada não pode ser compreendida apenas como a ampliação da jornada de carga horária dos estudantes diariamente e sim como a garantia de direitos de aprendizagem em todos os campos cognitivos, sociais e emocionais.

Assim, é por meio da Educação Integral e Integrada explicitada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e reconhecida em cada instituição, por toda a equipe docente, que a escola se torna uma escola integral, que não a divide ou se separe em duas unidades: a que oferta o tempo regular e aquela que oferta a Educação Integral e Integrada. É preciso que os estudantes que têm em sua jornada a possibilidade de:



A finalidade geral da ampliação da jornada é proporcionar uma Educação Integral e Integrada aos estudantes, por meio da integração entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria das aprendizagens em todas as áreas do conhecimento, a construção e ocupação da cidade como território educativo e a possibilidade de exercício da cidadania e da intervenção social na comunidade, bem como a promoção e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Matemática e Língua Portuguesa abordando de forma interdisciplinar e que tenha significado com vistas à aplicação cotidiana dos saberes.

A Educação Integral e Integrada é um processo educativo, que parte do reconhecimento do estudante como sujeito sociocultural e da necessidade de a prática educativa dialogar com a realidade e com os saberes presentes nos territórios, entendidos como “territórios educativos”.

### 3.2 Currículo Integrado

Para desenvolver a Educação Integral e Integrada faz-se necessária a construção e execução de um currículo integrado. A palavra “currículo” teve diferentes significados ao longo da história da Educação. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos a serem ensinados. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente - o que leva à necessidade de refletir sobre suas influências na prática pedagógica.

As ideias mais atuais consideram o currículo não como algo feito, mas que se faz ao longo do tempo e é essa concepção que, aqui, adotaremos: o currículo como um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos, que ocorrem em determinados contextos.

Na perspectiva do Projeto Pedagógico para as Escolas de Ensino Fundamental de Minas Gerais, o **currículo integrado** é aquele que pode e deve ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais e outros que atuem na escola e que esse currículo seja amplamente discutido e construído com a participação de todos os atores envolvidos. Conceitualmente, Santomé<sup>1</sup> (1998) explica que a denominação “currículo integrado” tem sido utilizada visando contemplar uma compreensão global do conhecimento e promover ações interdisciplinares na sua construção. A integração ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e as formas de conhecimento nas instituições escolares.

Bernstein<sup>2</sup> (1996) afirma que a integração coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promova maior iniciativa de professores e estudantes, maior integração dos saberes escolares aos saberes cotidianos dos jovens, combatendo a visão hierárquica e dogmática do conhecimento. Em síntese, o autor aposta na possibilidade de os códigos integrados garantirem uma

---

<sup>1</sup> SANTOMÉ, J. T. 1998. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas.

<sup>2</sup> BERNSTEIN, B. 1996. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes.

forma de socialização apropriada do conhecimento, capaz de atender às mudanças em curso no mundo.

### 3.3 Articulação com o Currículo Básico

Ao organizar uma proposta na perspectiva do Currículo Integrado significa muito mais que acrescentar novas disciplinas ou ofertar oficinas no contra turno diante da ampliação da jornada.

Significa construir uma nova postura pedagógica, rompendo com a estrutura fragmentada do currículo, adotando uma abordagem integradora, que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

Para materializar esse currículo integrado a SEE convida as escolas estaduais que ofertam a Educação Integral no Ensino Fundamental, junto de seu corpo docente, a responder a pergunta abaixo:

*Como deslocar a Escola do lugar de transmissora de informações para o papel de formadora de sujeitos culturais?*

Hoje, nosso maior desafio é que os estudantes passem a perguntar e a problematizar – são essas competências que os permitem se posicionar como protagonistas de sua própria trajetória escolar. O propósito é fazer com que eles sejam capazes de decidir e comprometer-se com as atividades, que saibam projetar-se no tempo e planejar suas ações, e que sejam sujeitos de sua própria aprendizagem. Assim as escolas que ofertam a Educação Integral e Integrada devem criar tempos comuns para o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Intervenção.

A Educação Integral e Integrada é uma ação da escola como um todo e não somente um “projeto específico” desenvolvido paralelamente ao ensino regular. O que se passa nos conteúdos curriculares pode e deve ser articulado com a educação integral integrada e vice-versa. Desta forma, a escola deverá elaborar atividades estratégicas com a finalidade de aproximar as matrizes curriculares básicas às atividades e a perspectiva da educação integral e integrada.

As ações estratégicas poderão ser concebidas nos encontros de planejamento coletivo. São várias as possibilidades de aproximação, por exemplo:

- Divulgando uma programação das ações da Educação Integral e Integrada no mural de informações nas salas de professores das escolas participantes;
- Promovendo atividades conjuntas entre Ensino Regular e Educação Integral e Integrada;
- Formando, na perspectiva da Educação Integral e Integrada, para professores que atuam somente no Ensino Regular;
- Exigindo a participação dos professores da Educação Integral e Integrada no conselho de classe;
- Abrindo os espaços e aulas da Educação Integral e Integrada para acolhimento de atividades desenvolvidas pelos professores do Ensino Regular;
- Utilização do conteúdo ministrado nas aulas do Ensino Regular nas atividades de educação integral e integrada, integrando os dois.

O professor coordenador e o especialista das escolas que ofertam a Educação Integral e Integrada, com apoio do Diretor ou Comitê Gestor, bem como os próprios professores, são responsáveis pela elaboração/execução das ações estratégicas de aproximação pois são os executores do Projeto Político Pedagógico da escola.

### **3.4 A pesquisa como princípio educativo**

A escola tem a função básica de possibilitar que o estudante questione o mundo em que vive e passe a se perguntar sobre ele, comece a olhá-lo de uma forma investigativa. Nesse sentido, a escola precisa criar boas estratégias de problematização para que os estudantes se sintam motivados a aprender.

É com esta perspectiva que, ao desenvolver projetos de pesquisa e/ou de intervenção concebidos como uma proposta pedagógica situações de aprendizagem apareçam, nas quais as disciplinas tornam-se ferramentas de apoio na busca de soluções para o problema proposto, como algo desafiador e não apenas como uma dificuldade. Os projetos poderão ser de uma turma, de toda a escola ou de um ou de poucos estudantes; poderão versar sobre um tema de livre escolha, que permita a cada estudante pesquisar mais profundamente um assunto de seu interesse. O tema de um projeto pode ser sugerido pelos estudantes, motivados por questões suscitadas pelos acontecimentos sociais ou propostos por um professor ou grupo de professores mobilizados no Projeto. O desafio é transformar os temas de interesse em problemas que instiguem o grupo a compreendê-los.

É importante garantir, dentro do possível, um horário comum para que todas as turmas se envolvam em um projeto de pesquisa. Neste horário os estudantes agrupados, por afinidade, séries diferentes ou até mesmo individualmente, formularão questões para resolver um problema e pesquisarão o tema, atribuindo significados e construindo suas soluções.

A perspectiva da pesquisa é fundamental na Educação Integral e Integrada deve ter como objetivo permitir que os estudantes se reconheçam em seus territórios, que reconheçam sua comunidade e sejam capazes de , pertencendo a esse espaço , transformá-lo . Para isso é preciso criar, com a ampliação da jornada, possibilidades para que os estudantes e seus professores saiam do espaço físico da escola e explorem o seu entorno, seu bairro, sua cidade e, além dos muros da escola, sejam convidados a interagir e conviver com a comunidade, permitindo o reconhecimento e o convívio com outros atores da comunidade escolar e externos a ela.

Assim, pedimos que as escolas organizem dentro do possível uma saída mensal, preferencialmente nas regiões e equipamentos vizinhos à escola e com os professores de determinado turno, alternando os dias da semana e os turnos durante o ano, de forma que todos os professores possam ser envolvidos. Esse momento será destinado à apropriação e diálogo com a cidade, uma vez que a aprendizagem não está restrita ao espaço circunscrito pelos muros da escola. Quando estudantes vivem e convivem em vários espaços que a cidade proporciona, eles ampliam as aprendizagens, pois a comunidade, com sua diversidade é um agente educacional possibilitador de inúmeras oportunidades de aprendizagem.

### 3.5 A cidade educadora

A utilização de espaços fora da escola é primordial para o desenvolvimento da Educação Integral e Integrada, tanto no que diz respeito à ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem quanto no auxílio à superação das dificuldades de infraestrutura. A expansão do espaço escolar para além dos muros da escola e a inclusão de novos atores no processo educativo são etapas fundamentais para a concretização de uma educação integral de qualidade.

A postura de interlocução e de atuação - aprender e conviver - é a que orienta e se materializa nas visitas, excursões, pesquisas de campo, entrevistas e intervenções de diferentes tipos, tão importantes quanto atividades em sala de aula. Trata-se de um exercício do olhar. O olhar o território no entorno da escola, aprender nele e com ele. Isso é o que se configura **como a Cidade Educadora**.

É necessário ocupar outros espaços da cidade, potencializando o uso dos equipamentos e espaços públicos, estimulando a articulação de políticas públicas para garantia de direitos, como o direito ao esporte, à saúde e à cultura. A realização de ações fora da escola permite o aprendizado ao circular pelo território dando novos significados aos tempos e espaços nele contido, ou seja, é apostar na educação na cidade, para cidade, aprendendo com ela e a transformando em espaço de aprendizagem para todos os seus habitantes.

Neste sentido, orientamos que as escolas **façam a cartografia do seu entorno**, identificando praças, quadras, centros culturais, museus, teatros, cinema, grupos culturais (de teatro, dança, guarda de congados, entre outros) fazendas, comunidades tradicionais e demais espaços e sujeitos que possam contribuir com a realização das ações de Educação Integral e Integrada.

A cartografia deverá ser **uma ação educativa a ser desenvolvida com estudantes e professores** e não uma tarefa burocrática realizada por um funcionário da escola ou do Polo de Educação Integral.

Os docentes deverão levantar com os estudantes quais lugares com potencial educativo existem no entorno da escola. Com intuito de reconhecer e ativar as potencialidades educativas nesse território, o desafio que se coloca é pensar em como acessar, conhecer, utilizar e significar os espaços. Pensar como os estudantes e a comunidade se relacionam, aprendem e *culturalizam* o território.

A cartografia possibilitará a visualização do território no qual a escola e Polo estão inseridos e deverá possibilitar a construção de ações e atividades com os elementos identificados. Por exemplo: praças e quadras podem ser utilizadas para apresentação, ensaios, atividades de leituras, esporte e lazer e seus canteiros podem receber uma horta ou jardim comunitário; salas de teatro, museus e centros culturais podem compor um percurso de atividades temáticas. São várias as possibilidades de ações e por isso **orientamos que pelo menos uma vez ao mês** se realize uma atividade externa aproveitando as potencialidades do território.

Importante destacar que a cartografia não se destina somente às ações de educação integral e integrada, mas a toda a escola, podendo ser utilizada pelos professores do Ensino Regular. Se a escola não direcionar e (res) significar os espaços escolares nada adiantará esticar a corda do tempo, nada adiantará ampliar a jornada escolar, pois os muros da instituição são limitados, não exalam o aroma que a cidade pode oferecer. Nesse sentido, a cidade precisa ser compreendida “[...] como território vivo, permanentemente concebido, reconcebido e produzido pelos sujeitos que a habitam”. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida.

A escola deve considerar essa aproximação e olhar para cidade, não apenas focalizando o perigo, a violência, mas considerando seus espaços educativos, dentre eles, o clube, o museu, a praça da cidade, o museu etc. “[...] a compreensão da cidade como uma grande rede ou malha de espaços pedagógicos formais (escolas, creches, faculdades, universidades, institutos) e informais (teatros, praças, museus, bibliotecas, meios de comunicação, repartições públicas, igrejas, além do trânsito, do ônibus, da rua) que, pela intencionalidade das ações desenvolvidas, pode converter a cidade em território educativo, pode fazer da cidade uma pedagogia lançando novos olhares para novos espaços que podem se destinar à aprendizagem e que se alinham entre si e com a cultura. Movidos pela ressignificação das relações entre aprendizagem, saberes e culturas, numa relação de integração e de complementaridade”.

Jaqueline Moll (2007) aponta que “[...] a possibilidade da conversão do território urbano em espaço educador pressupõe uma intencionalidade pedagógica presente nas ações desencadeadas pelos diferentes atores que vivem a cidade e esta pressupõe explicitação/diálogo acerca do projeto educativo presente nessas ações”.



Construir uma identidade coletiva de um grupo de pessoas nesse modelo de educação é valorizar a pluralidade de saberes e reconhecer as diversas expressões do conhecimento marcado em um mundo contemporâneo, favorecendo a construção de um projeto democrático, difundindo saberes, espaços e recursos, num vislumbre de diferentes espaços sociais da cidade. A categoria espaço assume “contorno de território e ganha amplitude na medida em que acena para o cenário da política pública intersetorial, da complexidade social de estratégias integradas da educação”. Isso significa que este espaço é de aprendizagem “sem limites, sem cercas, um espaço envolvente de sociabilidade, de pertencimento, de expansão humana, de intencionalidades, de partilha de vida”.

### **3.6 Articulação com a comunidade, família e proteção social**

A proposta de usar espaços da cidade como espaços educativos requer autonomia e participação de todos os envolvidos, característica nem sempre presente na estrutura das escolas mais tradicionais, por isso não basta que o docente se entusiasme; é necessário que todos façam adesão. Como afirma Yus (2001) “é difícil educar em uma escola integral se ele próprio, o professor ou a professora, não pensa a educação de uma maneira global e não põe em questão sua própria formação distorcida”.

Isso significa que o professor deve capacitar-se e compreender a centralidade dinâmica da escola na comunidade e assim colocar em prática a ideia de educação global, fazendo com que a escola abra oportunidades para a sua própria mudança, transformando vidas e contribuindo para a formação integral de seus alunos.

A proposta destaca a importância da disposição para o diálogo e para a construção de um projeto político e pedagógico que contemple ações compartilhadas e intersetoriais na direção de uma educação integral que promova a integração e a socialização de alunos e professores na preservação das tradições e do conhecimento popular.

A relação entre escola e comunidade é um pressuposto da concepção de Educação Integral e Integrada, o qual entende a cidade como um amplo espaço educativo com vários lugares e sujeitos. Sendo assim, a escola deve construir estratégias a fim de envolver a comunidade no planejamento e na execução de ações, buscando resultados que contribuam na relação escola-comunidade.

A realização de atividades de educação integral e integrada durante a semana e aos finais de semana fortalece o aspecto institucional e cultural da política, além de ampliar os laços entre a escola e comunidade e desenvolver o território na qual elas se encontram.

Envolver a família na educação integral e integrada é imprescindível para o processo educativo dos estudantes, pois assegura que as ações promovidas pela escola alcancem maior desenvolvimento. Para tanto, as escolas devem estimular as famílias a participarem de todo o processo educacional.

As escolas de Educação Integral deverão elaborar uma agenda mensal ou bimestral de ações com as famílias dos estudantes em conformidade com o calendário escolar através de exposições, saraus e mostras para socialização das produções dos estudantes; reunião de pais/responsáveis; experimentação, pelos pais, das oficinas desenvolvidas com os estudantes, dentre outros.

Esta tarefa caberá ao diretor, professor-coordenador/especialista, família e Comitê Gestor do Polo (Caso se trate de um Polo de Educação Integral).

A participação das famílias no âmbito escolar contribui para uma educação de qualidade nas escolas, visto que a atuação familiar no processo educativo aproxima a escola da realidade dos alunos e permite que sejam conduzidas ações educativas que considerem o contexto social dos educandos.

A Educação Integral e Integrada é uma tarefa que demanda a participação das diversas secretarias e autarquias do poder público. Frente a isso, é fundamental a realização de parcerias com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Esporte, Cultura, entre outras.

Vale lembrar que as parcerias com as instituições privadas e do terceiro setor também contribuem para o desenvolvimento de uma política de educação integral e integrada de qualidade.

Assim podemos estabelecer uma rede de proteção social e um plano de convivência democrática que tenha por finalidade a promoção, a defesa e garantia de Direitos Humanos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades no ambiente escolar. Além disso, que articule projetos e estratégias educativas para promover e defender direitos, compreender e enfrentar as violências no ambiente escolar, incentivar a participação política da comunidade escolar e fortalecer a política de educação integral nos territórios onde as escolas estão inseridas. Um Programa de Convivência Democrática se articulará, também, com outras ações da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) que contribuem para a transformação do sistema estadual de ensino em um

sistema que respeita as diversidades e a inclusão, promovam a participação da comunidade escolar e de seu entorno de forma mais ampla e que se materialize nas seguintes ações:

- Redes Locais de Grupos e Instituições
- Colegiados Escolares
- Grêmios Estudantis
- Conselhos de Representantes de Turma
- Assembleias Escolares
- Professor/a de Referência
- Assembleias de Turma
- Fórum de Famílias.

#### 4. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Em 2018, a Política de Educação Básica Integral e Integrada se dará a partir do desenvolvimento de atividades em 9 (nove) macrocampos temáticos, os quais subdividem-se em diversas atividades. Sendo eles:

1. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
2. COMUNICAÇÃO, USO DE MÍDIAS E CULTURA DIGITAL E TECNOLÓGICA
3. CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA E CRIATIVA e AGROECOLOGIA  
EDUCAÇÃO ECONÔMICA (EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL)
5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
6. ESPORTE E LAZER
7. INICIAÇÃO CIENTÍFICA
8. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
9. PROMOÇÃO A SAÚDE

As escolas têm autonomia para escolher os macrocampos e atividades, após consulta aos seus estudantes e familiares sobre o interesse nas atividades propostas. Somente o macrocampo de Acompanhamento Pedagógico é de caráter obrigatório uma vez que ele é ao macrocampo denominado a todas as escolas que ofertam a Política de Educação Básica Integral e Integrada no Ensino Fundamental .

Caberá à escola, depois da escolha das famílias e estudantes, ofertar **no mínimo 01 (um) macrocampo** dentre aqueles que obtiveram a maior procura, além do macrocampo de Acompanhamento Pedagógico.

**Quadro 1 – Macrocampos e Atividades para todas as escolas sejam Urbanas ou Escolas do Campo**

MACROCAMPOS	ATIVIDADES
A) Acompanhamento Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"><li>• Orientação de Estudos e Leituras, Letramento Matemático, Pesquisa e Intervenção.</li></ul>

<p>B) Comunicação, Uso de mídias e Cultura Digital e Tecnológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente de Redes Sociais</li> <li>• Fotografia</li> <li>• Histórias em Quadrinhos</li> <li>• Jornal Escolar</li> <li>• Rádio Escolar</li> <li>• Robótica Educacional</li> <li>• Tecnologias Educacionais</li> <li>• Vídeo</li> </ul>
<p>C) Cultura, Artes e Educação Patrimonial</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artesanato Popular</li> <li>• Banda</li> <li>• Canto Coral</li> <li>• Capoeira</li> <li>• Cineclube</li> <li>• Danças</li> <li>• Desenho</li> <li>• Educação Patrimonial</li> <li>• Escultura e Cerâmica</li> <li>• Grafite</li> <li>• Hip Hop</li> <li>• Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas</li> <li>• Iniciação Musical por meio da Flauta Doce</li> <li>• Leitura e Produção Textual, Organização de Clubes de Leitura</li> <li>• Mosaico</li> <li>• Música</li> <li>• Percussão</li> <li>• Pintura</li> <li>• Práticas Circenses</li> <li>• Teatro</li> </ul>
<p>D) Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa e Agroecologia Educação Econômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação do solo e composteira: canteiros sustentáveis (horta) e/ou Jardinagem escolar</li> <li>• Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal)</li> <li>• Horta Escolar e/ou Comunitária</li> <li>• Jardinagem Escolar</li> <li>• Uso eficiente da Água e Energia</li> </ul>

(Educação Financeira e Fiscal)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cuidado com animais</b></li> </ul>
E) Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Educação em Direitos Humanos</b></li> </ul>
F) Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Esportes coletivos:</b> vôlei, futsal, futebol, handebol, basquete.</li> <li>• <b>Jogos de Tabuleiro:</b> xadrez virtual, xadrez tradicional, dama, jogos de mesa.</li> <li>• <b>Jogos com raquete e com rede divisória:</b> badminton, tênis de campo, tênis de mesa, peteca.</li> <li>• <b>Ginásticas:</b> Ginástica rítmica, ginástica artística, ginástica acrobática, ginástica aeróbica, yoga, meditação e pilates.</li> <li>• <b>Atividades aquáticas:</b> natação, hidroginástica, polo aquático.</li> <li>• <b>Atletismo / Jogos e Brincadeiras:</b> Atletismo, múltiplas vivências esportivas, jogos e brincadeiras.</li> <li>• <b>Lutas:</b> Luta olímpica, judô, taekwondo, boxe, karatê.</li> <li>• <b>Esportes de aventuras:</b> Ciclismo, corrida de orientação, slackline, skate e patins.</li> </ul>
G) Iniciação Científica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Iniciação Científica:</b> pesquisa e desenvolvimento de projetos científicos relacionados à comunidade.</li> </ul>
H) Memória e História das Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Brinquedos e Artesanato Regional; Canto Coral; Capoeira; Cineclube; Contos; Danças; Desenho; Escultura/Cerâmica; Etnojogos; Literatura de Cordel; Mosaico; Percussão; Pintura; Práticas Circenses e Teatro</b></li> </ul>
I) Promoção da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde</b></li> </ul>

Observamos então que Macrocampos não se configuram como conteúdos ou disciplinas. Eles são apenas componentes de organização das ações contidas no Projeto de Educação Integral e Integrada da escola e que constitui o currículo a ser desenvolvido na ampliação da jornada, conforme interesse e necessidade da escola, de forma articulada com as disciplinas e aos conteúdos disciplinares. Assim pelos Macrocampos a escola e os estudantes realizam ações Pedagógicas Integradas ao Currículo

cujo objetivo é a oferta de oficinas /atividades diversificadas que busquem a melhoria no processo de ensino e aprendizagem para todos os estudantes ampliando seu capital cognitivo, cultural e emocional.

#### **4.1 Da seleção dos estudantes**

Na impossibilidade da escola atender a todos os estudantes da Educação Integral e Integrada no Ensino Fundamental, adotaremos os seguintes critérios em 2018 para a definição dos estudantes participantes:

- aqueles que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- aqueles cujas as famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família;
- aqueles em defasagem idade/ano de escolaridade;
- aqueles que estimulam seus colegas – incentivadores e líderes positivos

O objetivo destes critérios, sustentados no princípio da equidade, é reduzir a desigualdade educacional a partir da ampliação da jornada escolar e da oferta de conteúdos diversificados, integrados aos currículos básicos. Minas Gerais por meio das ações da Subsecretaria de Educação Básica tem envidado todos os esforços para que a Educação Integral e Integrada se configure como um direito de todos os estudantes e para que todos aqueles que desejem participar das atividades tenham esse direito garantido.

#### **4.2 Do Quadro de Educadores da Educação Integral e Integrada**

A Educação Integral e Integrada em Minas Gerais é conduzida por um Professor de Educação Básica e com o apoio de outros servidores. Assim para, compor o quadro de profissionais da Educação Integral e Integrada em 2018 contaremos:

- a. Direção Escolar;
- b. Especialista de Educação Básica;
- c. Professores: Professor Orientador de Estudo e Professor de Oficinas;
- d. Professor Coordenador - para escolas com 4 (quatro) ou mais turmas em funcionamento no SIMADE;
- e. Auxiliar de Serviço de Educação Básica - ASB;
- f. Demais profissionais da escola.

As escolas estaduais que ofertam a Educação Integral e Integrada devem ter atenção às Resoluções e ofícios vigentes para a composição do quadro de pessoal, cumprindo todas as exigências.



Faz-se necessário destacar que os professores, tanto de “Orientação de Estudos”, do macrocampo de Acompanhamento Pedagógico, quanto os professores de “Oficinas”, poderão assumir mais de uma atividade e/ou oficina. Esses professores deverão apresentar Plano de Trabalho, conforme modelo abaixo:

PLANO DE TRABALHO	
NOME COMPLETO	
MUNICÍPIO	
MACROCAMPO	
ATIVIDADES	
CONTEÚDOS QUE INTEGRAM COM O CURRÍCULO BÁSICO:	
INTRODUÇÃO	
PROBLEMATIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MACROCAMPO E DAS ATIVIDADES	
JUSTIFICATIVA	
O QUE SE ESPERA ALCANÇAR COM OS ESTUDANTES:	
METODOLOGIA	
PREVISÃO/PROPOSTA DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA (citar no mínimo TRÊS)	
RESULTADOS ESPERADOS	

As escolas estaduais que desenvolvem as atividades de Educação Integral e Integrada em espaços fora da escola deverão seguir rigorosamente todo o processo de inserção de dados no SIMADE. É pelo SIMADE que serão autorizados a organização do quadro de pessoal e repassados os recursos financeiros necessários para as ações da Educação Integral e Integrada, portanto o sistema deve estar rigorosamente alimentado e deve trazer dados reais e atualizados.

#### **4.3 Perfil dos profissionais da Educação Integral e Integrada**

Profissionais que possuam perfil e compreensão da Política de Educação Básica Integral e Integrada, bem como metodologias e atividades diferenciadas desenvolverá um trabalho com resultados significativos na Educação Integral e Integrada. Para atuar na Educação Integral e Integrada os profissionais devem ser:

- (i) Receptivos
- (ii) Dinâmicos
- (iii) Abertos para o desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais que favoreçam o trabalho coletivo com toda a equipe da escola
- (iv) Ter facilidade para produzir textos e elaborar relatórios
- (v) criativo
- (vi) Ter disponibilidade para conhecer a comunidade na qual atuará

A Educação Integral e Integrada é responsabilidade de todos da escola que deve dar atenção à indissociabilidade do educar/cuidando ou do cuidar/educando, incluindo acolher, garantir segurança e alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, reafirmando os três princípios:

- Éticos – no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;
- Políticos – defendendo o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- Estéticos – valorizando as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.

Ressaltamos que para assumir o cargo de Professor Coordenador da Educação Integral é preciso estar atentos às seguintes atribuições:

#### Professor Coordenador

	<b>Perfil necessário:</b>	<b>Atribuições:</b>
<b>Deverá ser escolhido pela direção da escola e pelo Colegiado Escolar dentre os professores e ou Especialistas da Educação Básica que atuam ou já atuaram na Educação Integral e Integrada. Responsável em coordenar as Ações de Educação Integral e Integrada na escola.</b>	<p>Ter dinamismo, receptividade e disponibilidade para conhecer a escola, bem como a comunidade escolar e de seu entorno; possuir e se dispor a construir boas relações interpessoais com toda a equipe da escola. Ter competência e habilidade de gestão e coordenação de equipe. Compreender a proposta e desenvolvimento da Política Básica de Educação Integral e Integrada.</p> <p>A escola que desenvolve atividades com 4 (quatro) ou mais turmas de Educação Integral no mesmo turno terá um professor comunitário/coordenador com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, conforme Resolução SEE 3.660, de 01 de dezembro de 2017.</p> <p>Como o professor coordenador não estará em cargo de docência de turma, e sim fora da regência, deverá cumprir a carga horária integralmente.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dedicar-se na organização e no planejamento das ações da Educação Integral e Integrada;</li><li>• Auxiliar os professores na elaboração e no desenvolvimento das atividades educativas;</li><li>• Planejar, realizar e participar das reuniões com os professores e pais/responsáveis dos estudantes;</li><li>• Articular visitas aos espaços externos da escola, focando em uma perspectiva territorial e cartográfica da comunidade que a escola está inserida;</li><li>• Promover integração entre o ensino regular e as ações de Educação Integral e Integrada;</li><li>• Elaborar relatórios e atender as demandas da escola no que tange à Educação Integral e Integrada, fomentando a realização de atividades interdisciplinares;</li><li>• Atender as demandas da SRE e da SEE/MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.</li></ul>

Para assumir o cargo de Professor Orientador de Estudos na Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

#### Professor Orientador de Estudos

**Responsável em  
ministrar as aulas de  
Orientação de  
Estudos.**

**Perfil necessário:** ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético.

#### Atribuições:

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral e Integrada;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os professores do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral e Integrada da escola as demandas de dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto com os professores do ensino regular e da Educação Integral e Integrada para sanar suas dificuldades e deficiências;
- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral e Integrada da escola para análise, verificação e tomada de providências, se necessário;
- Atender as demandas da escola, da SRE e da SEE/MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.

Para assumir o cargo de Professor de Oficinas da Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

#### Professor de Oficinas

**Responsável em  
ministrar as oficinas  
e atividades dos  
macrocampos,  
conforme escolha da  
escola.**

**Perfil necessário:** ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético; elaborando suas atividades com foco nos objetivos do macrocampo em que está responsável.

#### Atribuições:

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral e Integrada;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os demais professores da Educação Integral, bem como do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral e Integrada da escola as demandas e dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto aos demais professores da Educação Integral e Integrada e do ensino regular para sanar suas dificuldades e deficiências;
- Elaborar projetos e atividades com foco no desenvolvimento do macrocampo selecionado pela comunidade escolar, atendendo a perspectiva da formação humana e atitudinal do estudante;
- Trabalhar em processos colaborativos e orientar o processo

### Professor de Oficinas

criativo dos alunos;

- Participar de reuniões de planejamento e realizar atividades extracurriculares no ambiente escolar e/ou fora da escola;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, com o apoio do professor coordenador e a colaboração dos demais professores, tanto da Educação Integral quanto do Ensino Regular
- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral e Integrada da escola para análise e verificação e tomada de providências, se necessário;
- Atender as demandas da escola, da SRE e da SEE/MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.

Lembramos também que para assumir o cargo de Auxiliar de Serviços Básicos na Educação Integral é preciso estar atento às seguintes atribuições:

#### **Auxiliar de Serviços Básicos (ASB)**

**Perfil necessário:** ser zeloso no trato com os estudantes e a comunidade escolar, ter cuidado com o material utilizado no preparo dos alimentos e saber preparar o almoço e as refeições complementares.

#### **Atribuições:**

- Receber os gêneros destinados às merendas e refeições complementares e armazená-los adequadamente, conforme recomendações técnicas;
- Respeitar o preparo dos cardápios estipulados, seguindo, dentro do possível, as quantidades sugeridas. Manter limpos os locais de despensa, cozinha e refeitório e demais espaços utilizados pela Educação Integral;
- Estar presente no horário de almoço para dar suporte e incentivar os estudantes durante a refeição e comparecer a todas as reuniões e cursos de aperfeiçoamento, quando convocados.

#### **4.4 Frequência Escolar**

Garantir o acesso será condição na Educação Integral e Integrada para os estudantes, mas é preciso garantir a permanência, pois só assim estaremos resguardando o direito à Educação Integral e Integrada. Assim a frequência nas atividades desenvolvidas na Educação Integral e Integrada seguirá a normativa estabelecida pela Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 nos seus Art. 22, § 1º:

***“Art. 22 O controle de frequência diária dos estudantes é de responsabilidade do professor, que deverá comunicar à direção da Escola eventuais faltas consecutivas, para as providências cabíveis.***

***§ 1º O estabelecimento de ensino, após apurar a frequência do estudante e constatar uma ausência superior a 05 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no mês, deve entrar em contato, por escrito, com a família ou o responsável pelo estudante faltoso, com vistas a promover o seu imediato retorno às aulas e a regularização da frequência escolar”.***



Cabe ressaltar que o cumprimento do dispositivo acima mencionado é cabível ao Ensino Regular e também ao funcionamento da Educação Integral e de responsabilidade da escola.

#### 4.5 Registro das Informações

A concretização de uma Política Básica de Educação Integral e Integrada de qualidade é feita com responsabilidade na gestão das informações e no bom uso dos dados públicos, garantindo assim a ampliação dos ganhos educacionais alcançados.

Assim, orientamos as escolas e as Superintendências Regionais de Ensino a sistematizarem os dados específicos da Educação Integral e Integrada. O principal sistema da Secretaria de Estado de Educação é o SIMADE, portanto, a base de consulta e gestão das informações da Política se dará pelo mesmo. O uso indevido ou descuidado do sistema, não atentando a realidade existente, bem como às orientações ora postas, acarretará na má utilização dos recursos públicos e na ineficiência na oferta de uma educação de qualidade para nossos estudantes. Além do preenchimento correto do SIMADE, faz-se necessário que as escolas e as SRE se comprometam em monitorar, continuamente, as atividades e ações realizada no âmbito da educação integral e integrada, perpassando todos os pontos inseridos na Política – quantitativo de estudantes, turmas, atividades desenvolvidas e profissionais atuantes.

O correto preenchimento dos dados das turmas no SIMADE inicia a organização das ações da Educação Integral e Integrada de forma concreta e exequível conforme organização que a escola propõe desenvolver ao longo do ano.

As turmas de Educação Integral terão etapas definidas no sistema, podendo conter:

1. Estudantes do 1º ao 5º ANO;
2. Estudantes do 6º ao 9º ANO.
  - As atividades são agrupadas por macrocampos. Elas podem ser alteradas dentro do mesmo macrocampo após o início das atividades, no entanto, **não recomendamos tal alteração** após definição do quadro de profissionais responsáveis pelas atividades;
  - Após a definição dos macrocampos e submetida a turma para aprovação, **não será possível a substituição, inclusão ou exclusão de macrocampos**;
  - As escolas deverão ofertar atividades de no mínimo **UM** macrocampo e no máximo **CINCO**;
  - O macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” é **OBRIGATÓRIO**;

- A escola deve certificar quais atividades serão ofertadas em cada macrocampo. Uma vez selecionado e a turma aprovada (pela SRE ou pela SEE, quando for o caso), **não será possível alterar, excluir ou incluir macrocampos.**
- As escolas poderão registrar no sistema uma das três opções de “Local de Funcionamento”, onde as atividades de Educação Integral são ofertadas:
  1. Mesmo Local: turmas que ofertam atividades de Educação Integral e Integrada na própria escola;
  2. Polo: turmas que ofertam atividades nos Polos de Educação Integral, pré-definidos pela SEE/MG. Somente as escolas que ofertam atividades de Educação Integral e Integrada em “Polos de Educação Integral” conseguirão selecionar a opção “Polo” no sistema e informar o Polo de funcionamento.
  3. Outro Espaço: turmas que ofertam continuamente atividades da Educação Integral em outro local pré-definido pela escola. Por exemplo: Clube Y, Academia X, Quadra Poliesportiva W, Sede da Associação Cultural J, etc.
- O funcionamento das turmas de Educação Integral depende de aprovação pela SRE, para as turmas com número de alunos entre o limite mínimo permitido de 10 a 19 alunos, da autorização da SEE.
- A associação de docentes às turmas de Educação Integral e Integrada é obrigatória e imediata, assim que a escola definir seu quadro de profissionais que atuarão na Educação Integral e Integrada.
- A data de início das ações da turma é a data de início das atividades com os estudantes e professores, que deve ser a de associação dos professores no SIMADE.

Por fim, dúvidas pedagógicas e/ou sistêmicas deverão ser esclarecidas diretamente à Superintendência Regional de Ensino responsável pela escola, e a SRE junto à equipe de Monitoramento da SEE/MG na Educação Integral e Integrada.

#### **4.6 Financiamento do Programa de Educação Integral e Integrada**

O financiamento das ações de Educação Integral e Integrada envolve 3 (três) formas de repasse de recurso

- (i) Recursos do governo federal pelo Programa Novo Mais Educação ;
- (ii) Recursos do MEC por meio do PDDE / Educacenso.
- (iii) Recursos do Tesouro Estadual

### **Sobre o financiamento com Recursos do Governo Federal**

O Governo Federal disponibiliza recursos às escolas estaduais para a realização de atividades de Educação Integral, principalmente por meio do Programa Novo Mais Educação.

Em 2017 os trâmites de financiamento do Governo Federal seguiram o Programa Novo Mais Educação. Sendo assim, no final de 2016, o MEC lançou o Programa, que foi criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e é regido pela Resolução FNDE nº 5/2016.

É válido destacar que, na indicação de escolas pelas Secretarias de Estado, uma das prioridades sugeridas pelo MEC na escolha das escolas foi: “escolas que receberam recursos na conta PDDE Educação Integral entre 2014 e 2016”. As escolas que conseguiram aderir ao programa em 2016 e forem selecionadas pelo MEC serão contempladas com os recursos financeiros previstos pelo mesmo. No final de 2017, nova adesão foi apresentada pelo MEC e somente 1202 escolas foram contempladas para realizarem a adesão ao Programa.

Além dos recursos específicos do Programa Novo Mais Educação, o Ministério da Educação – MEC também transfere recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, diretamente ao Caixa Escolar das escolas, uma vez por ano, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Esses recursos podem ser utilizados tanto para a manutenção e custeio quanto para a aquisição de material permanente. Para receber os recursos, a Caixa Escolar deverá estar apta, com a documentação constante no art. 2º, do Decreto nº 45.085/2009 e regular com a prestação de contas.

### **Sobre o financiamento com Recursos do Governo Estadual**

A Política de Educação Básica Integral e Integrada disponibiliza recursos às Caixas escolares para o desenvolvimento das atividades. Os recursos são disponibilizados de acordo com o número de estudantes registrados pela escola no SIMADE. De acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira do estado, são repassados recursos da natureza de custeio, capital e alimentação. Para o recebimento dos recursos, a escola, por intermédio da Caixa Escolar, assina Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Educação.

## 5. OUTRAS FORMAS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

### 5.1 Polos de Educação Integral e Integrada

Um Polo de Educação Integral e Integrada é caracterizado pela oferta de Educação Integral e Integrada em um espaço externo ao escolar, por meio de uma parceria com instituições públicas ou privadas do entorno, em que há atendimento a duas ou mais escolas, com a característica de uma gestão compartilhada da proposta educativa. O principal objetivo dos Polos é contribuir no comprimento da meta 6<sup>3</sup> do PNE e favorecer a ampliação de espaços, recursos e atores no desenvolvimento integral e na proteção social de estudantes mineiros, colaborando também para:

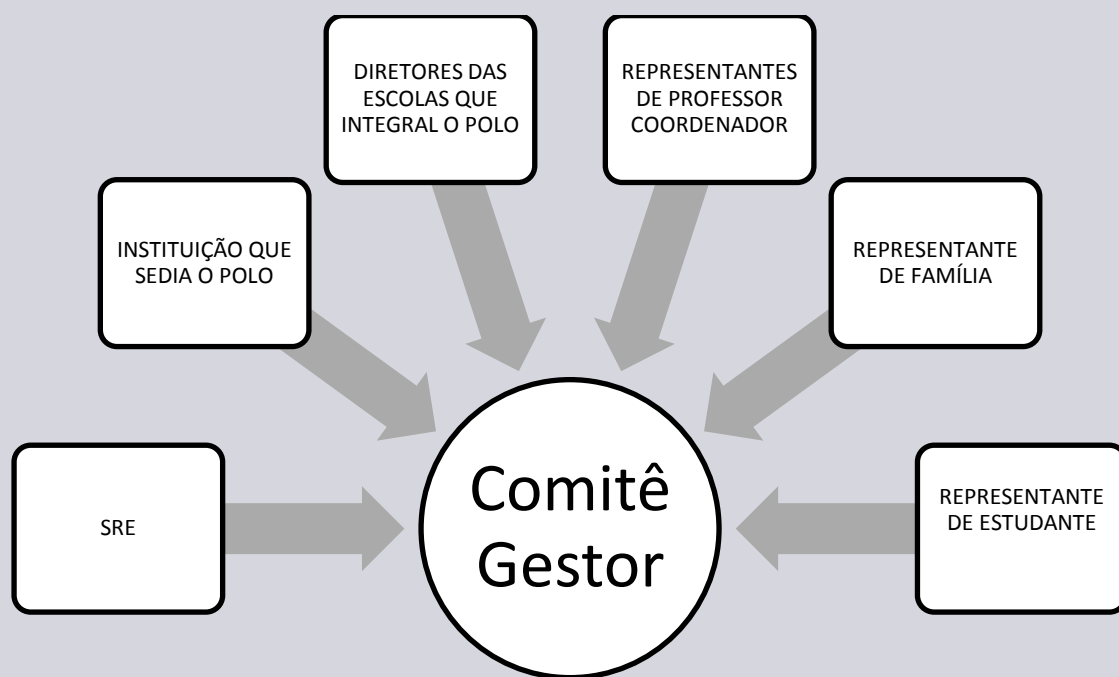
- Viabilizar a Educação Integral para as escolas que possuem limitações espaciais em suas dependências e ampliar os espaços e possibilidades de atuação para aquelas que já desenvolvem atividades de Educação Integral no ambiente escolar;
- Ampliar a rede de convivência dos estudantes e proporcioná-los o acesso a diversos espaços e recursos que potencializem o seu desenvolvimento integral;
- Favorecer a troca entre os saberes e metodologias de gestores e outros profissionais das distintas escolas e outras instituições envolvidas;
- Promover a articulação das instituições educativas com a comunidade, bem como com os equipamentos públicos e privados do território, no sentido de promover a proteção integral dos estudantes e a constituição da cidade enquanto Território Educativo;
- Fomentar maior participação social e construção coletiva do projeto educativo da Educação Integral;
- Otimizar a utilização de equipamentos públicos, buscando novas possibilidades e explorando suas múltiplas potencialidades;

As instituições que sediam as atividades, para além de espaços e recursos educativos variados, devem ter atuação afim à concepção de Educação Integral e Integrada adotada pela SEE/MG e ter capacidade de contribuir na construção conjunta da gestão e da proposta educativa dos Polos, de maneira que se faça efetivo o Comitê Gestor.

---

<sup>4</sup> Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

O Comitê Gestor é a instância gestora que reúne, pelo menos uma vez ao mês, representantes dos diversos seguimentos que compõem os Polos de Educação Integral em nível local, com o objetivo de definir aspectos administrativos e pedagógicos da proposta educativa. São membros do Comitê Gestor:



Segue, abaixo, tabela contendo dados de atendimento dos Polos de Educação Integral em 2017:

POLO	MUNICÍPIO	ESCOLAS	ESTUDANTES
FUCAM	JANUÁRIA	2	172
	JUVENÍLIA	2	190
	SÃO FRANCISCO	2	125
	BURITIZEIRO	3	179
	RIACHINHO	1	77
	ESMERALDAS	3	315
FHA	IBIRITÉ	8	1.022

POLO	MUNICÍPIO	ESCOLAS	ESTUDANTES
PLUGMINAS	BELO HORIZONTE	1	150
AOPA	POUSO ALEGRE	4	339
AOPA	BELO HORIZONTE	1	222
MARIANA	MARIANA	3	402
CAPP	PASSOS	1	315
CEIA	PAVÃO	2	99
UAI BRASIL	TEÓFILO OTONI	2	250
CESADIC	CURVELO	3	101
LAR FABIANO DE CRISTO	CAXAMBU	2	94
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>40</b>	<b>4.052</b>

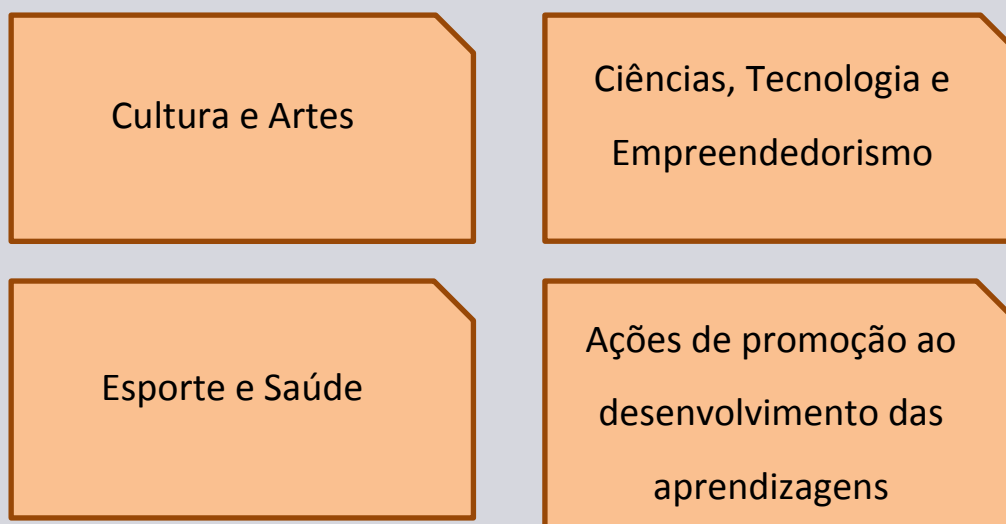
## 5.2 Escolas POLEM

Em que pesem os esforços da gestão da Educação em Minas Gerais para seguir ampliando o atendimento aos estudantes na Educação Integral e Integrada, buscando superar a concepção de “tempo integral” e também a fragmentação e desarticulação entre as atividades e ações ofertadas pelas escolas, a SEE/MG identificou a necessidade de se pensar uma estratégia para ampliar e qualificar o atendimento em Educação Integral, de modo a promover maior integração entre as ações existentes, bem como proporcionar um formato de atendimento que possa ser progressivamente estendido a todas as escolas da Rede, tornando efetiva a Política de Educação Básica Integral e Integrada no Estado.

Assim, em consonância com o cumprimento à Meta 6 do PNE e com a necessidade de ampliar, fortalecer e consolidar a Política de Educação Básica Integral e Integrada no estado, a SEE apresentou em 2017 a proposta dos **Polos de Educação Múltipla - POLEM**, sendo implementada como estratégia indutora da Política de Educação Básica Integral e Integrada, contribuindo para alcançar os seguintes objetivos:

- Redução do abandono escolar;
- Melhoria no desempenho escolar;
- Fortalecimento da Relação Escola-Comunidade;
- Ampliação de Tempos e Espaços;
- Desenvolvimento das Aprendizagens.

Entendendo que quanto maior o número de atividades e de ofertas de experiências distintas aos estudantes a escola oferecer, maior será a possibilidade de conquistar esses objetivos, mapeamos entre as escolas estaduais aquelas que, em seu projeto pedagógico tinha ações e atividades ofertadas em:



Sendo as atividades de:

- Cultura e Artes: bandas, canto coral, música na escola, artesanato popular, capoeira, práticas circenses, teatro e percussão;
- Esporte e Saúde: Atletismo, futsal, voleibol, xadrez, tênis de mesa, judô e brinquedoteca;
- Ciência, tecnologia e empreendedorismo: Iniciação Científica, Meu Primeiro Negócio, Rede de Educação Profissional e Rede UAITEC;
- Desenvolvimento das aprendizagens: acompanhamento pedagógico, metodologia diferenciada para estudantes em distorção idade-ano, apoio pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática e Sala de Recursos para alunos da Educação Especial.

Além disso, levando em consideração os eixos acima mencionados e os objetivos desta política, foram identificadas ações, programas e projetos que, em maior ou menor intensidade, contribuam para a promoção do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e para a sua formação integral, quais sejam: a Educação Profissional; o Programa de Convivência Democrática; o Programa Escola Aberta e as ações voltadas à Diversidade e Inclusão, ao fomento à Participação Estudantil; e ao desenvolvimento adequado dos Sistemas de Informação nos territórios educativos.

Portanto, as escolas POLEM são uma estratégia indutora da Educação Integral e Integrada que busca reunir:

Condições favoráveis à ampliação do atendimento na Educação Integral e Integrada, na perspectiva de promover o desenvolvimento integral e a proteção social dos estudantes, por meio da articulação entre as ações, programas, projetos e atividades pedagógicas já ofertadas pelas escolas e também por meio do fortalecimento da integração com o território e a comunidade.

Todas essas iniciativas convergem para a efetivação do desenvolvimento e formação integrais dos sujeitos, bem como buscam garantir a sua proteção social, uma vez que estas ações são potencialmente articuladoras da intersectorialidade e da atuação em rede, ao provocarem com que as atividades sejam construídas envolvendo outras instituições, sejam do setor público ou privado e diversos atores da Comunidade e dos Territórios Educativos. Assim, tanto mais amplas forem tais articulações, mais significativos serão seus impactos.

Para a implementação das escolas POLEM, diante da inviabilidade técnica, operacional e financeira de iniciar a política em toda as escolas estaduais simultaneamente, optou-se em selecionar aquelas escolas que já possuem uma oferta de educação integral mais robusta e, progressivamente, **alcançar toda a rede estadual**, de forma que se efetive a institucionalização da Política de Educação Básica Integral e Integrada no estado de Minas Gerais.

Sendo assim, a proposta se inicia com o atendimento a **58 escolas** em 2017 e em 2018 outras 42 escolas compõem o grupo de POLEM. Essas 100 **escolas** atendem a pelo menos um dos seguintes critérios:



- possuem mais de 50% dos alunos dos Anos Finais na Educação Integral
- selecionadas para implantação do Ensino Médio Integral em 2017 e 2018
- Polivalentes
- fazem parte da Rede de Educação Profissional
- Escolas que possuem atividades na Educação Integral (anos finais) nos campos de integração curricular de “Esporte e Saúde” e de “Cultura e Artes”; A Educação Integral e Integrada nas Escolas que atendem às Unidades Socioeducativas de Internação

A proposta das Escolas POLEM é possível para todas as escolas, conforme sua realidade e gestão. Inicia-se pelo compromisso de garantir a comunidade que esta escola está inserida um ensino de qualidade e para todos, sendo as duas grandes ações que toda escola pública deva focar e desenvolver.

## **6. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA QUE ATENDEM ÀS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO**

A Educação Integral e Integrada<sup>4</sup> parte da concepção de uma educação libertadora, que garante a formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes, ou seja, considerando todas as dimensões do ser – cognitiva, emocional, social, cultural, intelectual e física.

Nessa perspectiva, o estudante ocupa a centralidade da proposta educativa e é considerado, sobretudo, como sujeito de direitos, ou seja, indivíduo que apresenta demandas e necessidades específicas e a quem deve ser garantido o direito de opinar e escolher sobre as questões que lhe afetam. Desse modo, torna-se fundamental considerar suas particularidades, e compreender que sua história, território, saberes e vivências influenciam diretamente no seu desenvolvimento e no seu processo de aprendizagem.

Considerando a singularidade dos adolescentes do Sistema Socioeducativo, que já trazem consigo uma história de distorção idade/ano e evasão escolar, a proposta de Educação Integral e Integrada para as escolas que atendem às Unidades Socioeducativas para o ano de 2018 deverá contemplar atividades mais dinâmicas e lúdicas, mas, que, ao mesmo tempo, auxiliem nas dificuldades e contribuam para a diminuição da defasagem escolar.

As atividades de Educação Integral nas escolas que atendem às Unidades Socioeducativas de Internação, deverão ser ofertadas seguindo as orientações contidas no Documento Orientador da Educação Integral e Integrada e nos Ofícios Circulares da Coordenação da Política de Educação Básica Integral e Integrada da SEE/MG.

Ressaltamos algumas orientações:

- o processo de designação, além da Resolução SEE nº 3.660, de 01 de dezembro de 2017, deverá seguir também as orientações complementares da Coordenação da Política de Educação Básica Integral e Integrada e da Coordenação em Diretos Humanos da SEE/MG;
- quantitativo mínimo de 10 estudantes por turma;

---

<sup>4</sup> O conceito de Educação Integral e Integrada, no Brasil, teve contribuições, ao longo da história, dos seguintes autores e educadores: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Jaqueline Moll, Lucia Helena Alvarez Leite, entre outros.

- oferta de no mínimo 12 módulos semanais de atividades, sendo 5 módulos de Acompanhamento Pedagógico e 7 módulos de Oficinas, computados para cada estudante, não sendo recomendado o “rodízio” entre adolescentes nas atividades. Cada estudante deverá cumprir integralmente e individualmente a carga horária proposta para cada atividade de sua turma;
- obrigatoriedade da oferta de Acompanhamento Pedagógico, voltado para as dificuldades apresentadas pelo grupo de estudantes atendidos;
- a escolha dos macrocampos deve partir principalmente do interesse dos estudantes, levando em consideração a importância da oferta de atividades que favoreçam a reconstrução da trajetória de vida destes sujeitos, bem como o fortalecimento do vínculo com a escola;
- monitoramento das turmas durante o ano no SIMADE, cuidando para que o número de estudantes não diminua. É preciso manter o sistema atualizado acrescentando novos estudantes em substituição aos que forem sendo desligados das escolas, ou fazendo a fusão de turmas, não sendo permitido turmas esvaziadas.

Os casos que não se adequarem nessas orientações deverão ser analisados pela SRE.

### **6.1 Organização do atendimento educacional para os adolescentes em cumprimento de medida de internação provisória**

A medida de internação provisória é compreendida pelo período em que adolescentes que cometeram atos infracionais permanecem privados de liberdade aguardando sentença. Esta medida judicial, aplicada mediante flagrante precisa ser fundamentada pela autoridade competente e não pode ser superior a 45 (quarenta e cinco dias) conforme previsto no Art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o curto período da medida de internação provisória e, sobretudo, a necessidade de se garantir atendimento educacional de qualidade a estes adolescentes, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, apresenta uma proposta pedagógica específica, de acordo com o que preconiza a Resolução CNE/CEB nº 03, de 3 de maio de 2016, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A proposta pedagógica para os jovens que se encontram em cumprimento de medida de internação provisória apresenta uma organização pautada na oferta de uma educação integral que considera todas as dimensões do ser – cognitiva, emocional, social, cultural, intelectual e física. Está orientada, também, na temporalidade da execução da medida, na rotatividade dos sujeitos atendidos e na intencionalidade de que seus vínculos escolares sejam constituídos a partir de uma oferta regular. Neste sentido estão sendo propostos dois eixos estruturadores, sendo eles:

Eixo 01 – **Acompanhamento Pedagógico** ofertado a partir das oficinas de Língua Portuguesa e Matemática. Essas oficinas devem criar oportunidades de experiências e interações que ajudem os jovens a completar o processo de construção dos conhecimentos, em relação aos quais não adquiriram independência, necessitando ainda de ajuda para consolidá-los, ampliando o seu letramento.

Eixo 02 – **Parte flexível** ofertada a partir das oficinas de educação integral, com atividades que contemplem as diversas dimensões humanas tendo a ludicidade e a aprendizagem experiencial como norteadoras.

Sendo assim cada escola deverá organizar seu plano curricular para a oferta de atendimento educacional aos jovens em internação provisória, contemplando os eixos apresentados e adotando os seguintes pressupostos:

- ✓ Manter a oferta do Acompanhamento Pedagógico com carga horária diária de no mínimo 02 (duas) horas<sup>5</sup> para cada jovem;
- ✓ As atividades do acompanhamento pedagógico devem ser planejadas e executadas de forma que as temáticas sejam iniciadas, aprofundadas e consolidadas no mesmo dia, garantindo que a rotatividade dos jovens atendidos não seja impedimento para sua compreensão do processo vivenciado.
- ✓ Realizar o preenchimento dos seguintes documentos: Formulário de ingresso, Registro mensal de Frequência e Declaração de habilidades e competências. Os dois primeiros documentos devem ser encaminhados periodicamente às Superintendências Regionais de Ensino para consolidação. Uma cópia da declaração de habilidades e competências deverá ser entregue ao estudante no momento do desligamento para nortear seu retorno às atividades escolares.
- ✓ Para oferta da Parte flexível a escola poderá escolher até 2 macrocampos da Política de Educação Básica Integral e Integrada;

---

<sup>5</sup> Módulo/aula: 60 minutos.

- ✓ Para cada macrocampo, realizar a escolha das atividades buscando equilibrar o interesse dos estudantes com os tempos, espaços e materiais disponíveis.
- ✓ A carga horária semanal das atividades ofertadas pela parte flexível poderá ser de: no mínimo 2 módulos (1h e 40 min) e no máximo 12 módulos (10h) semanais por turma;
- ✓ Cada estudante atendido deverá participar de todas as atividades vinculadas à sua turma não sendo permitido o rodízio de jovens e o fracionamento da carga horária disponível por turma;
- ✓ Cada escola deverá oferecer no mínimo 01 turma com oferta de módulos semanais conforme quadro registrado abaixo:

Número de turmas	Nº de módulos* semanais por turma	Numero médio de estudantes atendidos
<b>01</b>	De 04 a 12 módulos	10
<b>02</b>	De 02 a 12 módulos	20
<b>03</b>	De 02 a 12 módulos	30
<b>04</b>	De 02 a 12 módulos	40

Caso necessário, demandas referentes à designação nas escolas que atendem ao Sistema Socioeducativo serão apresentadas em orientações complementares.

## 7. EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NAS ESCOLAS DO CAMPO, ESCOLAS INDÍGENAS E ESCOLAS QUILOMBOLAS

A educação se configura dentro dos territórios, na relação com as comunidades e entre seus indivíduos e é, intrinsecamente social. Essa interação é ainda mais forte quando se considera os aspectos culturais e históricos das comunidades, em especial daquelas tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas, indígenas e do campo. Pensar uma política de Educação Integral e Integrada que perpassasse pela formação integral do indivíduo e sua relação com o território sem reconhecer as perspectivas específicas de cada contexto não é possível. Portanto, a partir dessa ótica, desenham-se diferentes trajetórias e sentidos para a Educação Integral junto às diferentes modalidades educacionais da SEE.

O desenvolvimento da Política Básica de Educação Integral e Integrada nestas escolas será pautado fundamentalmente pelos **princípios de respeito e organização social destas populações, com o objetivo de fortalecer o papel da comunidade e da escola como responsáveis pela aquisição dos conhecimentos.**

Desta forma, será com a continuidade do diálogo e do acompanhamento sistemático que realizaremos as ações qualificadas nas Escolas do Campo, nas Escolas Indígenas e nas Escolas Quilombolas de Minas Gerais.

Para as atividades de 2018, as Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas deverão ter atenção, pois também seguirão o cronograma de criação de turmas e organização do quadro de pessoal da Educação Integral e Integrada, pois será o mesmo para todas as escolas.

### 7.1 Das Escolas do Campo

A garantia de uma educação básica de qualidade aos estudantes do campo mineiros tem sido um grande desafio da SEE/MG. Por se tratar de uma tarefa ampla e com diversidades específicas, torna-se fundamental um esforço coletivo intersetorial por parte da comunidade educacional e das instituições da sociedade civil na construção de uma Política Pública pautada pela garantia de direitos dessas populações, que incluem as especificidades decorrentes das formas de produzir a existência.

A partir da publicação das Diretrizes Estaduais da Educação do Campo em dezembro de 2015, o estado de Minas Gerais passa a reconhecer como escola do campo aquela que atende preferencialmente estudantes provenientes de áreas rurais. Dessa forma, 626 das escolas estaduais

são classificadas como Escolas do Campo. Nesse universo de escolas, temos aproximadamente 13 mil professores (dos quais menos de 10% possui alguma formação em Educação do Campo) e aproximadamente 180 mil estudantes. Para dar materialidade a esse documento a SEE por meio da Coordenação de Educação do Campo tem empreendido esforços no sentido de implementar uma política de Educação do Campo no Estado, para isso algumas ações merecem destaque uma vez que primam pela construção da identidade da escola como uma escola do campo com designação específica inicialmente para escolas localizadas em áreas de assentamento.

De acordo com essas mesmas diretrizes, um dos princípios da Educação do Campo é:

**III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida do campo (MINAS GERAIS, 2015).**

Nesse sentido, a SEE considera essencial investir na política de formação para a efetivação dos direitos à educação dos sujeitos do campo. A base estruturante da formação situa-se no âmbito da Educação do Campo como paradigma teórico e metodológico. Nessa proposta está presente a preocupação com a formação de sujeitos que possam se constituir como protagonistas na construção de um projeto de escola, campo e sociedade numa perspectiva emancipatória.

Partindo do pressuposto da educação faz-se necessário construir desenhos onde a escola possa propor a formação integral e integrada dos estudantes em diálogo com o contexto imediato desses, sem perder de vista o contexto mais amplo de inserções. Pensar uma Educação Integral e integrada nas escolas do campo é pensar o campo como instrumento de ensino, é explorar e reconhecer a dinâmica desse território como espaço de formação.

Assim, é relevante construir coletivamente propostas de atividades diversas, com o permanente diálogo da escola/comunidade e comunidade/escola, de modo que os/as estudantes se sintam parte do processo educativo e percebam que a educação está sendo construída com eles e não para eles, isso cria uma relação de pertencimento e dá significado ao que se aprende.

Em consonância com os princípios da Educação do Campo, a Educação Integral e Integrada deve:

- garantir aos estudantes e suas comunidades, o acesso e apropriação crítica dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos da sociedade;
- ampliar a compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre ela;

- Reconhecer as demandas emanantes do território campestre como instrumento de ensino;
- Reconhecer, valorizar e fortalecer a identidade dos povos do campo.

Caso necessário, demandas referentes à designação nas escolas do campo serão apresentadas em orientações complementares.

## **7.2 Das Escolas Indígenas**

A SEE/MG tem como propósito a construção de uma Política de Educação Básica Integral e Integrada Indígena que considere todas as dimensões formativas dos sujeitos, compartilhando a tarefa de educar entre os profissionais da educação, as famílias e diferentes atores sociais. Busca-se, assim, a diminuição das desigualdades educacionais, a valorização da diversidade cultural mineira, para ampliar a abrangência curricular e tornando a escola indígena mais atrativa, contribuindo para a aprendizagem e a melhoria da qualidade na educação indígena.

Desta forma, a SEE/MG direcionará suas ações na Educação Integral e Integrada nas Escolas Indígenas no desenvolvimento de atividades que contemplem as memórias históricas do povo indígena, reafirme suas identidades étnicas, e fortaleça as práticas socioculturais do povo indígena.

A Educação Escolar Integral Indígena deve ser diferenciada, enfatizando as línguas, conhecimentos e culturas indígenas, sendo gerenciadas pelas comunidades e oferecidas em unidades educacionais localizadas em territórios indígenas, destina-se ao atendimento de estudantes pertencentes à essas comunidades. O objetivo é valorizar, preservar e reafirmar as culturas destes povos e seu pertencimento étnico e reconhecer a realidade diferenciada da comunidade desenvolvendo coletivamente uma proposta para as ações da Educação Integral nas escolas indígenas.

O ensino visa à afirmação e a manutenção da diversidade étnica e linguística daquelas culturas, por meio do ensino diferenciado, intercultural e bilíngue. Procura unir a tradição científica do ensino na sociedade moderna à valorização das tradições de cada etnia, a ampliação da compreensão crítica da realidade e a capacidade de atuação sobre ela.

Em consonância com os princípios da Educação Escolar Indígena, a Educação Integral e Integrada Indígena deve:



- promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania.
- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização e domínio de suas línguas, tradições e ciências;
- garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso e apropriação crítica de informações e instrumentos culturais, científicos e tecnológicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas.
- ampliar a compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre ela.

Caso necessário, demandas referentes à designação nas escolas indígenas serão apresentadas em orientações complementares.

### **7.3 Das Escolas Quilombolas**

As Escolas Estaduais Quilombolas estão localizadas em 11 das 47 SRE sendo a maior delas, a Superintendência Regional de Ensino de Januária, com nove escolas quilombolas, seguida por Araçuaí e Diamantina, que possuem respectivamente, seis e quatro escolas estaduais quilombolas. No início do ano de 2017, tínhamos registrado no SIMADE, 26 escolas estaduais quilombolas.

Sabe-se que devido à extensão territorial do Estado de Minas Gerais, que há outras escolas estaduais que atendem estudantes oriundos das comunidades remanescentes de quilombos.

Contudo, são consideradas escolas quilombolas, de acordo com os critérios adotados pelo MEC, aquelas que se localizam em comunidades remanescentes de quilombos e que possuem a certificação pela Fundação Cultural Palmares.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

***Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.***

Nesse sentido, a presente proposta para a Educação Integral e Integrada para essa modalidade educacional, no Estado de Minas Gerais, objetiva:

- Reconhecer e valorizar a diversidade cultural e pedagógica própria dessa modalidade educacional;
- Fortalecer, por meio da Educação, a identidade dessas comunidades quilombolas;
- Flexibilizar o acesso dos alunos quilombolas a Política de Educação Integral e Integrada, a partir de orientações específicas que atendam às particularidades de nossas escolas, tais como número de alunos e oferta de atividades específicas;
- Possibilitar a ampliação da oferta a Política de Educação Integral e Integrada às Escolas Estaduais Quilombolas;
- Promover o fortalecimento do macrocampo “Memória e História das Comunidades Tradicionais”, dentro das escolas estaduais quilombolas, através especialmente, da formação de professores;
- Orientar critérios específicos para a designação de professores que trabalharão com a Educação Integral e Integrada nas Escolas Estaduais Quilombolas.

Nas escolas estaduais quilombolas que ofertam a Política de Educação Básica Integral e Integrada será utilizada a classificação estabelecida na Resolução SEE nº 3.643, de 20 de outubro de 2017, acrescidos os seguintes critérios complementares previstos na Resolução SEE nº 3.677, de 05 de janeiro de 2018.

I – declarar-se quilombola, vinculado à comunidade quilombola na qual se localiza a escola e/ou que residam na comunidade circunvizinha atendida pela escola;

II – declarar-se quilombola, vinculados a qualquer comunidade quilombola.

Caso necessário, demandas referentes à designação nas escolas quilombolas serão apresentadas em orientações complementares.

## 8. MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Ofertar a Educação Integral e Integrada é também monitorar com vistas a um monitoramento que não tenha um viés punitivo a corrigirmos o que a escola almejou e organizou, mas sim propor e traçar novas políticas.

A SEE por meio da Coordenação Geral da Política Básica de Educação Integral e Integrada disponibilizará para todas as escolas e SRE uma ferramenta on-line e relatórios de monitoramento das ações da Educação Integral e Integrada. A partir do preenchimento do link e relatórios de monitoramento das ações pedagógicas da Educação Integral e Integrada, propomos itens necessários para o acompanhamento da Política Básica de Educação Integral e Integrada com o objetivo de verificar, analisar e apresentar estratégias as escolas para que as atividades da Educação Integral e Integrada sejam significativas na aprendizagem e formação dos estudantes.

### COMPREENSÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

- Verificar a compreensão das escola sobre a Política Básica de Educação Integral e Integrada
- Identificar a perspectiva da escola para a Educação Integral e Integrada

### ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Conhecer as diversas formas de organização e planejamento da escola na Educação Integral e Integrada
- Analisar possibilidade de ampliação da oferta
- Definir como será apresentada a oferta para a comunidade
- Definir o processo de seleção de estudantes

### DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

- Conhecer e analisar as propostas dos macrocampos e atividades na Educação Integral e Integrada
- Conhecer as práticas e metodologias desenvolvidas pela escola

### INTERVENÇÕES E AJUSTES PEDAGÓGICOS

- Conhecer as fragilidades pedagógicas das ações da Educação Integral e Integrada
- Identificar os desafios pedagógicos da Política de Educação Integral e Integrada para a aprendizagem dos estudantes

Todas as escolas que desenvolvem a Política Educação Básica Integral e Integrada devem elaborar um Plano de Ação Pedagógico da Educação Integral e Integrada. Este plano deve ser construído a partir das discussões com os estudantes e comunidade escolar sobre a perspectiva e proposta que desejam e almejam na Educação Integral e Integrada, bem como da análise e diagnóstico dos que os professores, especialistas da educação básica, vice-diretor e diretor verificam sobre as necessidades da escola.

A partir deste Plano, todos os envolvidos nas ações da Educação Integral e Integrada poderão acompanhar, desenvolver e intervir ao longo do ano nas questões que forem necessárias ajustes, mas também as atividades que são assertivas e que devam ser institucionalizadas na escola para crescimento e melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Após a elaboração do Plano de Ação, é necessário o planejamento das atividades que serão desenvolvidas nos Macrocâmpos, bem como a elaboração da Cartografia da escola, referente aos equipamentos públicos e não públicos disponíveis no município e entorno da escola que contribuirão neste planejamento.

---

### ***PLANO DE AÇÃO – EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA***

---

#### **1. DADOS DA ESCOLA**

2. **CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA:** deverá ser inseridos dados gerais da escola referente a atendimento, corpo docente, estudantes, comunidade escolar.

#### **3. OBJETIVOS DA OFERTA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

4. **ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA REFERENTE À ESCOLHA DAS ATIVIDADES OFERTADAS:** macrocâmpos, espaços a serem utilizados e parcerias.

#### **5. PROPOSTAS DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

6. **PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.**

## 9. ORIENTAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – 2018

As atividades da Educação Integral e Integrada terão início em 2018 com um cronograma específico envolvendo todas as situações escolares, conforme cronograma que será apresentado (quadro 2).

Seguindo o mesmo processo de adesão em 2017, as escolas só poderão iniciar as atividades de na Educação Integral e Integrada se:

- (i) o SIMADE estiver preenchido corretamente, respeitando o Comporta da Escola para a Educação Integral e Integrada – Ensino Fundamental;
- (ii) as turmas estiverem com status “Aprovada” ou “Aprovada pela SEE” no SIMADE;
- (iii) dentro da listagem de escolas APTAS pela SEE, autorizando a composição do quadro de pessoal e/ou designação para a Educação Integral e Integrada.

Após a escola verificar e organizar o quadro de pessoal com seus efetivos, e se, ainda assim, não completa-lo, deverá se orientar pela **Resolução SEE 3.643, de 20 de outubro de 2017, pela Resolução SEE 3.660, de 01 de dezembro de 2017, e pelo Ofício Circular SPS/DGEP 02/2017** para realizar o processo de designação. É de suma importância que a escola atente-se aos critérios de classificação.

Ratificamos algumas orientações necessárias para os procedimentos de organização do Quadro de Pessoal das escolas que ofertarão Educação Integral e Integrada:

### ➤ DO PROFESSOR EFETIVO

- O professor efetivo poderá compor o quadro de professores da Educação Integral e Integrada.
- Poderá ser atribuída extensão de carga horária ao professor efetivo conforme **Resolução SEE 3.660, de 01 de dezembro de 2017.**
- O professor efetivo que optar pela extensão de carga horária deverá atender todos os módulos/aulas necessários para o fechamento da (s) carga horária na (s) da turma.
- O professor efetivo, se atribuído extensão de carga horária, será computado no comporta da Educação Integral e Integrada.
- Poderá atribuir exigência curricular para o professor efetivo na Educação Integral e Integrada.

➤ **DO PROFESSOR EM EXCEDÊNCIA**

- Poderá ser atribuídas ao professor efetivo excedente (parcialmente ou totalmente) aulas na Educação Integral e Integrada.
- O professor excedente que complementar sua carga horária na Educação Integral e Integrada somente poderá ser considerado no comporta se atender toda necessidade de distribuição da carga horária da turma.

➤ **DO PROFESSOR COORDENADOR**

- Para professor efetivo que possui perfil para a função de professor coordenador da Educação Integral e Integrada poderá ser atribuída extensão de carga horária. Lembrando que deverá cumprir a carga horária de 24 horas integral semanalmente.
- O professor efetivo poderá também, como segundo cargo, assumir a função de professor coordenador por processo de designação de professor orientador de estudos ou professor de oficinas da Educação Integral e Integrada.
- Caso a escola não consiga definir através do quadro de professores efetivos e de professores contratados na Educação Integral e Integrada, deverá realizar a designação para a função de professor coordenador, utilizando a lista de inscritos de professores orientadores de estudo do Acompanhamento Pedagógico.
- Caso o professor coordenador for um dos professores que compõe o quadro de professores da Educação Integral e Integrada contratados, a escola deverá realizar nova designação para a vaga deste que foi indicado a função de professor coordenador.
- Deverá ser feito retificação do Q.I. do professor de orientador de estudos ou professor de oficinas que assumiu a função de professor coordenador.

➤ **DO PROFESSOR DESIGNADO**

- O professor designado deverá ter complementação de carga horária para a função de professor orientador de estudos no mesmo componente curricular.
- O professor designado no ensino regular em conteúdos afins que constam em seus certificados e diplomas, que ainda tiver carga horária incompleta, por já estar designado no componente curricular, deverá compor o quadro de profissionais da Educação Integral e Integrada para a função de professor orientador de estudos. Seu Q.I. deverá ser mesclado. Caso o professor não tenha perfil ou disponibilidade, a escola deverá realizar os procedimentos de designação para a função normalmente.

- O professor designado no ensino regular que ainda tiver carga horária incompleta poderá compor o quadro da Educação Integral e Integrada para a função de professor de oficinas, desde que participe da designação para tal função.
- Poderá atribuir exigência curricular ao professor designado na Educação Integral e Integrada.
- Na composição e distribuição das aulas, as escolas poderão mesclar aulas de orientação de estudos e de oficinas em um único cargo, desde que o candidato participe do processo de designação atenda aos critérios de classificação da designação conforme Resolução SEE 3.660, de 01 de dezembro de 2017. Caso o professor atenda os critérios, seu Q.I. deverá ser mesclado.

### 9.1 Quantitativos de estudantes, turmas e professores na Educação Integral e Integrada

Os números apresentados abaixo no COMPORTA DA ESCOLA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – ENSINO FUNDAMENTAL têm como objetivo viabilizar a Política de Educação Básica Integral e Integrada em Minas Gerais. Assim, é importante que as escolas se esforcem para atender o maior número possível de turmas/estudantes.

**QUADRO 1 – COMPORTA DA ESCOLA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – ENSINO FUNDAMENTAL**

TURMAS	QTD. PROFESSORES (máximo)	COORDENADORES	MACROCAMPOS OFERTADOS (máximo)
1	3	0	3
2	4	0	3
3	5	0	3
4	7	1	4
5	8	1	4
6	10	1	4
7	10	1	4
8	12	1	5
9	12	1	5
10	13	1	5

As situações que não se encontram contempladas no QUADRO 1 serão analisadas, após parecer favorável da Superintendência Regional de Ensino e do Serviço de Inspeção Escolar, podendo ser aprovadas ou não, pela equipe da Superintendência de Pessoal e da Coordenação da Política Básica de Educação Integral e Integrada.

Ratificamos que os professores, tanto de “Orientação de Estudos”, quanto os professores de “oficinas”, poderão assumir mais de uma atividade e/ou oficina.

Deverão ser lançados editais específicos para cada atividade/oficina do macrocampo, bem como de orientações de estudos, e mesclar o Q.I. no caso de uma designação de um único professor em mais de uma atividade.

## 9.2 Cronograma

Apresentamos dois **GRUPOS de ESCOLAS** que poderão ofertar a Política de Educação Básica Integral e Integrada em 2018.

**GRUPO 1:** Conforme disposição nas Diretrizes do Plano de Atendimento (PAE) 2017/2018, terão garantia de oferta à Política de Educação Básica Integral e Integrada, no Ensino Fundamental, escolas que apresentaram demanda no PAE, exclusivamente. Isso se justifica, no intuito de valorizar o PAE como principal ferramenta que assegure direitos e acesso dos estudantes e uma educação básica de qualidade social, bem como potencializar o planejamento e a gestão dos diferentes recursos envolvidos na instrumentalização da Educação Integral e Integrada.

**GRUPO 2:** Diante do cenário de adesão ao Programa Novo Mais Educação (PNME) 2018 e, em conformidade com o Ofício SEE/SB 282/2017, orientamos que escolas mesmo que não tenham previsto ações no PAE 2017/2018, mas que foram indicadas pelo MEC e que realizaram a adesão ao Programa Federal tenham garantia na oferta da Política Estadual.

Desta forma, as escolas dos GRUPOS 1 e 2 que inserirem corretamente no SIMADE as turmas que desejam para as ações da Educação Integral e Integrada, serão autorizadas a organizarem seu quadro de pessoal, e sendo necessário designarem profissionais para comporem este quadro. Segue CRONOGRAMA para organização, designação e início das atividades na EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: **QUADRO 2 – CRONOGRAMA**



## POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – ENSINO FUNDAMENTAL

CRONOGRAMA	DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO
Criação de turmas e enturmação no SIMADE (escola)	12/03/2018	16/03/2018*
Aprovação no SIMADE pelas SRE e SEE	12/03/2018	19/03/2018
Análise e aprovação da SEE das turmas de acordo com o Comporta	20/03/2018	23/03/2018
Organização do quadro de pessoal e designação	26/03/2018	30/03/2018
Início das atividades de Educação Integral e Integrada	A partir 02/04/2018**	---

*\*A partir de 16/03/2018 o SIMADE será bloqueado para criação de turmas de Educação Integral e Integrada.*

*\*\* Os profissionais designados terão como data de início do exercício em 02/04/2018.*

**OBSERVAÇÃO:** as escolas que não registrarem no SIMADE as suas respectivas turmas e não forem aprovadas no período indicado não poderão ofertar a Educação Integral e Integrada em 2018.

### 9.3 Distribuição da Carga Horária

As escolas estaduais que aderirem à Política de Educação Básica Integral e Integrada em 2018 poderão optar pela Carga Horária de **12h30min (15 módulos)**, **21h40min (20 módulos)** ou **25h50min (25 módulos)**. Nesse sentido, teremos a seguinte distribuição da carga horária acrescida à carga horária do Ensino Regular:

**Quadro 3 – Quantitativo de Módulos correspondentes por carga horária ofertada na educação Integral e Integrada**

- CH – almoço (mínimo)	- CH – Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)	- CH - Oficinas	Total de módulos semanais
4h10min – 5 módulos	4h 10min – 5 módulos	4h 10min – 5 módulos	15 módulos
4h10min – 5 módulos	4h 10min – 5 módulos	8h 20min – 10 módulos	20 módulos*
4h10min – 5 módulos	8h 20min – 10 módulos	12h 30min – 15 módulos	25 módulos

\*mínimo que deverá ser ofertado para escolas que fizeram adesão ao PNME de 15 horas semanais, pois são 5 módulos de acompanhamento pedagógico e 10 módulos das demais atividades.

A escola deverá verificar o horário da Educação Integral e Integrada e a necessidade de mais de um professor no acompanhamento do almoço por turma. A escola que utilizar um professor por turma para acompanhamento do almoço deverá ter atenção ao comporta (quadro 1). Não é necessário ser descrito no Q.I. o horário de acompanhamento do almoço, e deverá ser registrado número de módulo que o professor foi designado para o macrocampo/atividade acrescido do número de módulos do almoço de sua responsabilidade no mesmo macrocampo/atividade.

A carga horária do almoço é de 4h 10min por semana, ou seja, 5 módulos/semana. Desta forma, deverá ser distribuídos 5 horas/semana por professor.

Sabemos que haverá escolas que terão outra organização de carga horária, nestes casos serão tratados como **excepcionalidade**. O **Serviço de Inspeção Escolar** deverá analisar e deferir ou não a proposta de carga horária, e em seguida comunicar a **Coordenação de Educação Integral e Integrada da SRE**. A SRE deverá dar ciência à Coordenação Geral da Política Básica de Educação Integral e Integrada da SEE/MG por meio do e-mail [educacaointegral@educacao.mg.gov.br](mailto:educacaointegral@educacao.mg.gov.br).

## **10. LEGISLAÇÕES QUE NORTEIAM A POLÍTICA BÁSICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

Dentro das legislações que devem ser observadas para a realização das Ações de Educação Integral e Integrada, podemos citar em ordem cronológica:

- ✓ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- ✓ PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº17, DE 24 DE ABRIL DE 2007 - Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar.
- ✓ RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- ✓ LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.17836, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- ✓ DECRETO Nº 7.083, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre o Programa Mais Educação.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2 DE MARÇO DE 2011- Estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEX) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades Mantenedoras (EM), de que trata o inciso I, § 2º, do art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013 - Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 34 DE 6 DE SETEMBRO DE 2013 - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem

atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.

- ✓ MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL – 2014
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 4, DE 31 DE MARÇO DE 2014 - Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental e médio registrados no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do Mais Cultura nas Escolas, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 14, DE 9 DE JUNHO DE 2014 - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 15, DE 10 DE JULHO DE 2014 - Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 21, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014 - Regulamenta a operacionalização dos repasses financeiros do FNDE a partir de 2014 e a reprogramação de saldos de Programas Educacionais cujas prestações de contas sejam realizadas por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE MARÇO DE 2015 - Altera o § 3º do art. 2º da Resolução nº 15, de 10 de julho de 2014, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na escola - PDDE e de suas ações agregadas.
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 16, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015 - Dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas Bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 8, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 - Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências.

- ✓ PORTARIA No- 1.144, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 - Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.
- ✓ Decreto Nº - 47.227 de 02 de agosto de 2017- Dispõe sobre a Educação Integral e Integrada na rede de ensino pública do Estado.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma política de Educação Integral tem como base a articulação entre os diversos atores envolvidos na sua institucionalização. Os esforços colocados neste documento não se demarcam a uma breve execução de um projeto, devem ser vistos, além disto, como um importante passo na transformação cultural e social da perspectiva de educação que as escolas mineiras trabalham.

A Política Estadual de Educação Integral e Integrada, assim, dever ser considerada, primeiramente, como uma política educacional, que envolve toda a escola, numa perspectiva educativa. As ações desenvolvidas no tempo ampliado são ferramentas de potencialização dessa visão. Pauta-se a **centralidade do estudante** no fazer educativo, a **gestão democrática** como pilar das nossas relações e se inspira na concepção de **cidade educadora**. As orientações aqui postas convergem para o fortalecimento desses princípios.

A Secretaria de Estado de Educação é composta por Órgão Central, SRE e Escolas. As articulações entre os mesmos, nas suas diversas segmentações organizacionais e políticas desenvolvidas, é premissa importante para a concretização desses ideais. É importante que se busque novas parcerias e projetos, unindo esforços, reduzindo custos e possibilitando o atendimento a cada vez mais estudantes. A educação integral deve ser vista sempre como direito.

Há dois aspectos que carecem destaque: a qualificação no processo de gestão da Política e, principalmente, o desenvolvimento de uma perspectiva educativa que amplie os horizontes do educando, gerando novas vivências, interações sociais e aprendizados. A educação integral só fará sentido se houver essa transformação educativa na escola, na comunidade, se o ensino regular dialogar com as atividades do tempo ampliado, se os professores tiverem essa compreensão, se houver subsídio material e físico para que as atividades ocorram, se atender o maior número de estudantes possível e se efetivamente ela estiver incorporada ao Projeto político Pedagógico de cada escola.

É fundamental que todos nós pensemos a Educação Integral como uma política. Esta é uma tarefa de todos. Carece do envolvimento e do compromisso também de todos os setores e atores das SRE e das escolas. Nesse sentido, estruturamos, coletivamente, a Política pensando na sua sustentabilidade a médio e a longo prazo. Este mesmo pensamento deve estar com cada um e cada uma que executa a Política de Educação Integral e Integrada, nas suas diferentes dimensões – pedagógica, de recursos humanos, de informações e financeira.

Assim, para alcançar esses objetivos e superar os desafios existentes, é necessário um esforço conjunto de todos e todas. Nas palavras de um ditado africano “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, é preciso o envolvimento de todas as Secretarias, de todos governos, para se educar uma Criança.

Finalizando, registra-se o esforço do Governo do Estado em implementar uma Política Básica de Educação Integral e Integrada, mesmo diante de um cenário nacional com inúmeros desafios econômicos, dialogada com os territórios e que considere suas especificidades e potencialidades sempre com um único olhar : a garantia e a busca por uma educação de qualidade e que considerem a formação plena e integral dos estudantes .

Seguimos juntos e trabalhando.

Mãos à obra!